



Noviembre 2018 - ISSN: 1989-4155

O USO DE INDICADORES NA GESTÃO PÚBLICA: o comportamento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em Itabuna-Bahia no período entre 2007 e 2017¹.

Cristiana Ferreira dos Santos Silva

(Pós-graduanda do curso Gestão Pública da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Email: cristyanaferreira@hotmail.com)²

Sócrates J. Moquete Guzmán

(Tutor acadêmico. Departamento de Ciências Econômicas da UESC
Email: socrates@uesc.br)³

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Cristiana Ferreira dos Santos Silva y Sócrates J. Moquete Guzmán (2018): “O uso de indicadores na gestão pública: o comportamento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em Itabuna-Bahia no período entre 2007 e 2017”, Revista Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo (noviembre 2018). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/atlante/2018/11/indicadores-gestao-publica.html>

RESUMO

Os indicadores são ferramentas que auxiliam os gestores públicos na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas, e neste sentido, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, faz o monitoramento da política educacional brasileira através da combinação de avaliações externas e do Censo Escolar. Seus resultados revelam que o país tem melhorado principalmente quando se analisa o Ensino Fundamental -EF nos anos iniciais, no entanto, o EF anos finais tem resultados menores quando comparado ao EF anos iniciais, e neste contexto, o estado da Bahia segue semelhante a situação nacional. E no que concerne ao piso salarial nacional, o município fez a adequação desde o primeiro ano em que se tornou obrigatório. No caso de Itabuna, o município melhorou o IDEB nos três primeiros anos consecutivos, superando a média projetada no EF anos iniciais, no entanto, houve redução das últimas duas médias, já no EF anos finais, as médias são menores quando comparadas aos anos iniciais, e nos últimos três anos o município ficou com média abaixo do projetado. Sobre o FUNDEB, as transferências realizadas ao município tiveram um crescimento constante no período analisado.

Palavras-chave: Educação municipal; Indicadores de monitoramento e avaliação; Gestão pública.

RESUMEN

Los indicadores son herramientas que auxilian a los gestores públicos en la formulación, implementación y monitoreo de políticas públicas, y en este sentido, el Índice de Desarrollo de la Educación Básica - IDEB, hace el monitoreo de la política educativa brasileña a través de la combinación de evaluaciones externas y del Censo Escolar. Sus resultados revelan que el país ha

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Código de financiamento 001.

²Economista, Pós graduanda em Gestão Pública. E-mail: cristyanaferreira@hotmail.com.

³ Doutor em Ciência Política. Professor Pleno do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz.

mejorado principalmente cuando se analiza la Enseñanza Fundamental (EF) en los años iniciales, sin embargo, la EF años finales tiene resultados menores cuando comparado a la EF años iniciales, y en este contexto el estado de Bahía sigue semejante a situación nacional. Y en lo que concierne al piso salarial nacional, el municipio hizo la adecuación desde el primer año en que se hizo obligatorio. En el caso de Itabuna, el municipio mejoró el IDEB en los tres primeros años consecutivos, superando la media proyectada en la EF años iniciales, sin embargo, hubo reducción de las últimas dos medias, ya en el EF años finales, las medias son menores cuando comparadas a los años iniciales, y en los últimos tres años el municipio se quedó con promedio por debajo del proyectado. Sobre el FUNDEB, las transferencias realizadas al municipio tuvieron un crecimiento constante en el período analizado.

Palabras clave: Educación municipal; Indicadores de monitoreo y evaluación; Gestión pública.

ABSTRACT

Indicators are tools that help public managers in the formulation, implementation and monitoring of public policies, and in this sense, the Basic Education Development Index - IDEB, monitors the Brazilian educational policy through the combination of external evaluations and the School Census. Their results show that the country has improved mainly when the primary education is analyzed - EF in the initial years, however, the EF final years has smaller results when compared to the initial EF, and in this context, the state of Bahia follows similar to national situation. And with regard to the national salary floor, the municipality made the adjustment from the first year in which it became mandatory. In the case of Itabuna, the municipality improved the IDEB in the first three consecutive years, surpassing the projected mean in the initial EF years, however, there was a reduction of the last two averages, in the EF final years, the means are smaller when compared to the initial years, and in the last three years the municipality was below average than projected. About FUNDEB, the transfers made to the municipality had a constant growth in the analyzed period.

Keywords: Municipal education; Monitoring and evaluation indicators; Public administration.

1- INTRODUÇÃO

O processo de reestruturação administrativa ocorrido por meio da Constituição Federal de 1988 (CF) elevou os municípios ao nível de ente federado autônomo, dando início a descentralização de responsabilidades entre a União, os Estados e os Municípios para a consecução das políticas públicas sociais no Brasil.

Neste contexto, na CF são estabelecidos artigos específicos para tratar de questões relacionadas ao setor educacional brasileiro, a exemplo do Artigo 212 que dispõe sobre os tributos que são fontes para o financiamento da educação, a fim de assegurar a manutenção, o desenvolvimento. Este financiamento segundo Sena (2014) “não é apenas um meio para realização das políticas públicas educacionais. Constitui, também, uma parte importante [...] no sentido de que seus mecanismos de operacionalização são indutores de outros aspectos fundamentais da política, como a qualidade” que é preconizada na Constituição Federal (Art. 212 e 214).

Em 1990 inicia-se a investigação da qualidade do ensino no Brasil, a partir do desenvolvimento do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, que por meio de avaliações externas periódicas permitem indicar a qualidade do ensino ofertado tomando por base a aprendizagem dos alunos (BRASIL, 2017b).

As médias de desempenho obtidas nas avaliações do SAEB, e os dados de aprovação de alunos verificado por meio do Censo Escolar, formam o índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB que é um importante condutor da política educacional por ser uma ferramenta para o acompanhamento das metas de qualidade da educação (BRASIL, 2018a).

No que tange ao financiamento da educação básica⁴, em 1996 é criado o Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação e Valorização do Magistério – FUNDEF, substituído em 2006 pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, com o objetivo de financiar toda educação básica e para tratar da valorização dos professores.

⁴ Embora o FUNDEB seja a principal política para o financiamento da educação, existem outras Ações e Programas de responsabilidade do Ministério da Educação para subsidiar a educação básica. Mais informações em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoes>>.

Então diante deste contexto, é mister compreender como este arcabouço político/ Institucional do sistema de ensino no Brasil tem se comportado, ou seja, quais são os resultados para a qualidade da educação? E para elucidar este questionamento, buscou-se nesta pesquisa investigar o comportamento do IBED tomando como recorte analítico o município de Itabuna, que é um município de médio porte, com estimativa populacional de 212 mil habitantes, sendo o oitavo colocado no que se refere ao Produto Interno Bruto – PIB no estado da Bahia (IBGE, 2017).

Neste entendimento esta pesquisa tem o objetivo realizar uma investigação sobre a qualidade da educação no município de Itabuna – Bahia no período que compreende os anos de 2007 a 2017 tomando por base as médias obtidas no IDEB, verificar o comportamento do as transferências do FUNDEB ao município no período analisado, e verificar a adequação no que concerne ao piso nacional de remuneração dos professores da rede municipal de ensino.

Esta é uma pesquisa do tipo bibliográfica e descritiva com abordagem qualitativa, utilizou-se dados secundários tendo como fonte de coleta os sítios eletrônicos oficiais do Governo Federal e da Prefeitura do município.

2- O FUNDEB COMO POLÍTICA DE FINANCIAMENTO EDUCACIONAL NO BRASIL

Na literatura sobre a Educação discute-se entre outros assuntos o seu papel e importância na sociedade. Nesse sentido, Paulo Freire (1967, p.57) considera que esta deve capacitar o ser humano por meio da “reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades [...] sobre seu próprio poder de refletir” conferindo-lhe o poder para “explicitar suas potencialidades e sua capacidade de opção”. Sob este ponto de vista a educação permite ao indivíduo ter uma visão crítica sobre o seu contexto de vida trazendo a consciência de suas responsabilidades como cidadão e autonomia para decidir o seu próprio futuro.

Desta forma a educação pode ser vista como um instrumento para a transformação social, haja vista que, ao formar cidadãos com visão crítica de sua realidade estará assim os capacitando para intervirem em seu contexto social pois permite a compreensão do funcionamento do sistema econômico (mercado) e do Estado, sendo necessário que seja uma educação “ ao mesmo tempo, pública quanto ao seu destino – isto é, para todos – estatal quanto ao financiamento e democrática e comunitária quanto à sua gestão” (GADOTTI, 2000 p.5).

Este entendimento corrobora com os princípios ratificados na LDB particularmente no Artigo 3 que trata sobre a igualdade de condições no acesso, a gestão democrática, o financiamento e sobre a qualidade do ensino público no Brasil.

No que se refere ao financiamento da educação, Sena (2010, p.1) o considera imprescindível pois “não é apenas um meio para realização das políticas públicas educacionais. Constitui, também, uma parte importante destas políticas, no sentido de que seus mecanismos de operacionalização são indutores de outros aspectos fundamentais da política, como a qualidade” e a operacionalização dos recursos tem uma fundamental importância para essa concretização.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (CF) trouxe o entendimento da educação como um direito social cabendo ao Estado o dever de garanti-la, ou seja, financiá-la. Em 1996 a continuidade do processo de reestruturação no sistema de ensino se dá ao ser sancionada uma legislação específica - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que regulamenta o sistema educacional, ratificando o que já preconizava a CF (o financiamento educacional, por exemplo).

No mesmo ano é criado o Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação e Valorização do Magistério (FUNDEF) que ficou em vigor até 2006. O FUNDEF era um fundo de natureza contábil com o intuito de fazer uma redistribuição mais equânime dos recursos destinados ao financiamento da educação “pelo qual era realizada uma subvinculação de 15% dos 25% dos recursos já vinculados constitucionalmente para a educação, a fim de serem aplicados, de forma prioritária, no ensino fundamental” feito a partir do número de matrículas mesurada via censo escolar (SANTOS, p.56).

Em 2007 o FUNDEF é substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), regulamentado pela Lei 11.494/2007, mantendo a característica de ser um fundo de natureza contábil, mantendo), a aplicação de no mínimo de 60% dos recursos exclusivamente para o pagamento de salários dos professores em exercício efetivo, sendo permitido utilizar os 40% restante para o pagamento de salários de outros profissionais da educação, ampliou-se a subvinculação para 20% dos recursos dos constitucionais, e ampliou-se também o público alvo a ser atendido: a educação infantil (creche e pré-escola), ensino fundamental e ensino médio (nas modalidades de ensino regular, educação especial, educação de jovens e adultos e ensino profissional integrado) sendo assim um avanço significativo em relação ao FUNDEF (BRASIL, 2017a).

A origem dos recursos para este fundo são as receitas resultantes das transferências vinculadas à educação, como dispõe a Constituição Federal, recolhidas a partir da dinâmica econômica dos municípios e dos estados sendo posteriormente transferidos para os mesmos com vinculação ao quantitativo de matrículas realizadas na rede de ensino público, divulgadas por meio do censo escolar do ano anterior (BRASIL, 2017a).

A composição do FUNDEB são 20% das seguintes receitas: Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPIexp), Desoneração das Exportações (LC nº 87/96), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD), Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Cota parte de 50% do Imposto Territorial Rural (ITR) devida aos municípios (BRASIL, 2017a).

Assim como no FUNDEF, neste novo fundo também existe a complementação de recursos realizado pela União aos estados e municípios que não conseguirem via arrecadação própria o valor/aluno mínimo nacional⁵, isso porque como é sabido existe diferenças na dinâmica econômica nas regiões brasileiras e isto traz implicações diretas sobre o nível de arrecadação dos tributos que compõe o FUNDEB. O valor da complementação da União ficou estabelecido a partir de 2010 em 10% da contribuição total dos estados e municípios de todo o país, e os estados que recebem esta complementação são integrantes da região Norte e Nordeste (Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí) (BRASIL, 2017a).

Por ser um importante política de financiamento da educação básica vigente no Brasil, o FUNDEB tem sido uma fonte de estudos desde a sua formulação, principalmente sobre a sua eficiência no atendimento de seu objetivo que é o de trazer equidade na distribuição de recursos financeiros para a educação no país, a fim de reduzir as disparidades regionais.

Segundo Conte (2017) a redução das disparidades regionais acontece ao utilizar o mecanismo de vinculação de matrículas na rede básica de ensino para receber o recurso intervindo diretamente sobre as desigualdades interestadual, e também pela participação da União com a complementação para aqueles estados e municípios que não alcançaram o valor/aluno mínimo nacional.

Outro aspecto analisado é a relação do valor empreendido com a qualidade do ensino ofertado. Neste aspecto, no estudo que teve com recorte analítico o estado do Rio de Janeiro, Campos; Cruz (2009) argumentam que o fundo é importante para distribuir os recursos e possibilitar redução das disparidades regionais, no entanto quando analisado em termos de incremento na qualidade do ensino, para o referido estado esta política não foi suficiente para garanti-la no período em que foi analisado.

Corroborando com este argumento, Fernandes e Silva (2017) indicam a não existência de uma correlação positiva ao relacionar o montante do recurso recebido pelo FUNDEB com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB na rede municipal do estado de Pernambuco mesmo sendo o FUNDEB uma importante fonte de recursos porém não podendo ser visualizado como o único responsável pela qualidade da educação, sendo necessário atentar para outros aspectos como infraestrutura, material didático entre outros.

No entanto Ramos e Giorgi (2011) ao relacionar o Fundo com a qualidade da educação no município de Pirapozinho em São Paulo, verificou que teve os recursos para a educação foram ampliados com a criação do FUNDEF/FUNDEB e nos anos de 2009 e 2011 as notas obtidas no IDEB anos iniciais do ensino fundamental foram de 6,1 e 6,0 respectivamente já alcançando a média nacional projetada para o ano de 2002 que é de 6,0 até 2022.

3- OS INDICADORES COMO FERRAMENTAS PARA AFERIR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

O Artigo 2 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, afirma que a educação “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, e neste sentido a qualidade da educação que é ofertada torna-se um fator preponderante para que este objetivo seja alcançado. Por este motivo, um dos princípios da própria LDB e uma das diretrizes do Plano Nacional da Educação (PNE) 2014-2024 é a busca da qualidade da educação brasileira, pois a educação é um direito social garantido constitucionalmente.

Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (2008), a educação tem uma importante função na redução das desigualdades e deve oportunizar ao

⁵ Calculado anualmente pelo Ministério da Educação com vistas a estabelecer um valor mínimo nacional que deve ser investido por aluno (Brasil, 2017a).

educando a formação necessária para promover até mesmo mudanças socioeconômicas, garantindo o acesso bem como a qualidade da educação para dar a todos os educandos as mesmas oportunidades.

Diante deste contexto, verificou-se a necessidade monitorar os sistemas de ensino, a fim de compreender se uma determinada política educacional adotada estaria sendo eficiente, ou se necessitaria de aprimoramento para sanar as deficiências e assim melhorar a qualidade da educação ofertada, neste sentido é que surgem as avaliações externas, com o intuito de aferir a qualidade da educação. Para Marchelli (2010) “os resultados dos exames aplicados aos estudantes passaram a ocupar um lugar central na agenda do planejamento educacional, considerados a forma de melhor eficácia para aferir a qualidade”.

A partir destes resultados é possível desenvolver indicadores que são ferramentas que podem subsidiar os gestores públicos na formulação, implementação e monitoramento de políticas educacionais, pois são desenvolvidos com o objetivo de disponibilizar importantes informações sobre um sistema de ensino.

Um indicador educacional de referência internacional é o PISA (Programme for International Student Assessment, em português Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), criado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, e aplicado dentro de um intervalo de três anos aos estudantes a partir do 7º ano nos países membros e parceiros. Tem a finalidade de produzir indicadores para mostrar o desempenho dos estudantes nas avaliações compostas por três áreas de conhecimento: leitura, matemática e ciências, na primeira edição no ano 2000, e posteriormente em 2015 acrescentadas outras duas áreas: de competência financeira e resolução colaborativa de problemas, para assim “a verificar até que ponto as escolas de cada país participante estão preparando seus jovens para exercer o papel de cidadãos na sociedade contemporânea” (BRASIL, 2018). O Brasil é o único país sul-americano que participa do Pisa desde sua primeira aplicação.

No Brasil, o monitoramento da qualidade da educação ministrada nas escolas públicas é realizado desde a década de 1990 pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, que baseia-se na aplicação de avaliações periódicas através de provas e questionários a fim de ofertar evidências empíricas para subsidiar as decisões governamental sobre a elaboração, monitoramento e aprimoramento das políticas educacionais (BRASIL, 2017b).

O SAEB vem sendo reestruturado desde o seu desenvolvimento, em 2005 sua composição passou a ter duas avaliações: a Avaliação Nacional da Educação Básica -ANEAB, e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – ANRESC (conhecida como Prova Brasil). No ano de 2013 foi incorporado a Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA, para “aferir os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa (leitura e escrita) e Matemática. E em 2017, as escolas públicas e privadas passaram a ter resultados no Saeb tanto no Ensino Fundamental como do Ensino Médio, sendo assim possível também ter resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (BRASIL, 2017b).

Criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, uma autarquia federal, o IDEB é um indicador, com o objetivo de investigar a qualidade da educação básica no Brasil tendo por base a investigação de duas variáveis: fluxo escolar (calculado a partir do Censo Escolar) e média das avaliações de desempenho e o resultado desta combinação gera uma média que varia entre de 0 e 10 (BRASIL, 2018).

O IDEB é utilizado para o “acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação básica, que tem estabelecido, como meta, que em 2022 o IDEB do Brasil seja alcance a média 6,0”, que é a média obtida no sistema educacional de países desenvolvidos (BRASIL, 2018).

O desempenho escolar é mensurado a partir de avaliações periódicas, sendo o que pelo SAEB é avaliado o ensino médio, e a Prova Brasil avalia o desempenho escolar dos alunos no ensino fundamental municipal, ambas são realizadas a cada dois anos tendo como base as disciplinas língua portuguesa e matemática (BRASIL, 2018).

Castro (2009) argumenta sobre a importância do IDEB para avaliação da qualidade da educação no Brasil, e argumenta que uma das características do indicador é que o seu desenho que é composto pelas médias de desempenho do SAEB, juntamente com os dados sobre aprovação verificado via censo escolar evita aprovações em massa

sem dar atenção à qualidade da aprendizagem de seus alunos, pois não adianta alcançar taxas elevadas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, se os alunos aprendem pouco na escola. Este é o sentido do IDEB: evitar o aumento da aprovação sem que os alunos

aprendam e evitar que as escolas reprovem em massa, excluindo alunos com desempenho insuficiente e selecionando os melhores para elevar as notas na prova (Idem, p.8).

Deste modo é perceptível como este indicador tem relevância para o aprimoramento da política educacional, possibilitando investigar os resultados de cada estado e município e até mesmo por escolas, sendo possível acompanhar se houve evolução com base nos critérios analisados.

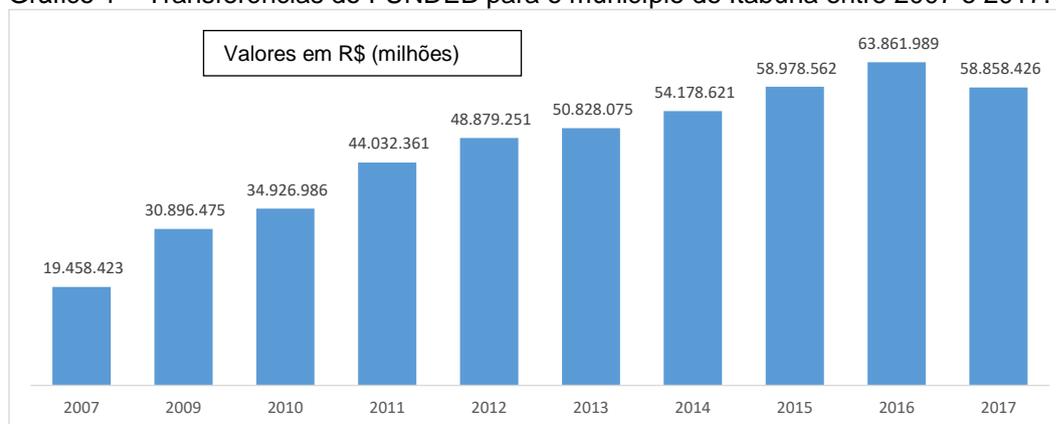
4- RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, apresentam-se os dados referente as receitas transferidas por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação Básica – FUNDEB, e a evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB de forma macro do Brasil, Bahia e do município de Itabuna, ao longo dos anos pesquisados.

4.1 Transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB ao município de Itabuna-Bahia

No que tange aos recursos do FUNDEB observa-se o crescimento gradual do valor transferido ao município entre os anos de 2007 à 2017, inferindo que o número de alunos matriculados no ensino fundamental municipal neste período também cresceu, visto que, esse é o critério para redistribuição deste recurso aos estados e municípios. O gráfico 1 mostra essa série história.

Gráfico 1 – Transferências do FUNDEB para o município de Itabuna entre 2007 e 2017.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP. BRASIL, 2018b.

O município também dispõe de outras receitas com destinação específicas para financiamento da educação, além do FUNDEB, sendo eles: o Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE; o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que inclui o Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creches - PNAC, o Programa Nacional de Alimentação Escolar para Pré-Escola - PNAP; o Programa Nacional do Transporte Escolar – PNATE; o Salário Educação (SANTOS, 2012).

Para Santos (2012) ratifica que o FUNDEB impulsionou o aumento da participação da União para a universalização do educação básica com a criação da parcela de complementação para os municípios que não conseguirem atingir o valor mínimo anual que deve ser investido por aluno, buscando corrigir as distorções entre estados e municípios que não conseguem via arrecadação própria alcançar os valores calculados anualmente o custo aluno-ano.

4.2 Comportamento dos resultados e metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB, no Brasil, no estado da Bahia e na microrregião Ilhéus/Itabuna.

Como mencionado, o Ministério da Educação tem como referência a média 6,0 que corresponde à média obtida das avaliações dos países da OCDE para avaliar o desempenho dos estudantes brasileiros por meio do IDEB com projeção de alcançar até 2022 essa média. Quando observado a média do IDEB a nível nacional, percebe-se o Brasil sua evolução no que diz respeito Ensino Fundamental - anos iniciais, sendo perceptível até mesmo a superação das médias projetadas.

No Ensino Fundamental – anos finais, percebe-se um crescimento dos resultados obtidos no índice durante o período analisado, no entanto, nas três últimas médias observadas que compreende o período entre 2013 à 2017, conforme mostra o Quadro 1, verifica-se não que foram alcançadas as médias projetadas, o que demonstra dificuldades dos estudantes nas disciplinas língua portuguesa e matemática que são a base das provas aplicadas, o que reflete a necessidade de aprimoramento das políticas públicas para o setor educacional.

Quadro 1- IDEB Observado e Projetado para o Brasil na última década.

Anos	Brasil - IDEB Ensino Fundamental			
	Anos iniciais		Anos finais	
	Observado	Projetado	Observado	Projetado
2007	4.2	3.9	3.8	3.5
2009	4.6	4.2	4.0	3.7
2011	5.0	4.6	4.1	3.9
2013	5.2	4.9	4.2	4.4
2015	5.5	5.2	4.5	4.7
2017	5.8	5.5	4.7	5.0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Inep. (BRASIL, 2018a).

O estado da Bahia que faz parte da região nordeste do país, não consegue via arrecadação própria alcançar o valor/aluno mínimo calculado anualmente pelo Ministério da Educação devido a sua dinâmica econômica, e por conseguinte, recebe complementação da União via FUNDEB. O estado possui o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, de 0.660 de acordo ao IBGE (2017).

No que tange ao IDEB, é perceptível que as médias obtidas no estado dentro do período analisado são menores em comparação à média nacional, mesmo superando as médias projetadas para os anos iniciais do EF. Outro fator é que semelhante ao ocorrido a nível nacional, a média IDEB para os anos finais do EF mesmo aumentando progressivamente ficaram abaixo da média projetada nos anos 2013, 2015 e 2017, como mostra o quadro 2.

Quadro 2 - o IDEB Observado e Projetado para o estado da Bahia na última década.

Bahia - IDEB Ensino Fundamental			
Anos iniciais		Anos finais	
Observado	Projetado	Observado	Projetado
3.4	2.8	3.0	2.8
3.8	3.1	3.1	3.0
4.2	3.5	3.3	3.2
4.3	3.8	3.4	3.6
4.7	4.1	3.7	4.0
5.1	4.4	3.7	4.3

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP. (BRASIL, 2018a).

Partindo para uma análise deste indicador na microrregião Ilhéus/Itabuna, composta por 41 municípios, sendo que Itabuna e Ilhéus exercem uma grande influência sobre os demais pois estes municípios ofertam bens e serviços especializados em diversas áreas, por exemplo, saúde e educação.

Ao analisar o comportamento das médias do IDEB nos municípios que compõem a microrregião, observa-se que apenas quatro deles alcançaram ou superaram todas as médias que foram projetadas durante seis anos consecutivos do IDEB, sendo eles: Barro Preto, Ibicarai, Itagibá e Itamarí.

Observa-se também que de maneira alternada durante cinco resultados os municípios de: Ilhéus, Arataca, Aurelino Leal, Gandu, Itacaré, Itapé, Jussari, Santa Luzia, Teolândia e Una, também alcançaram ou superaram as metas que foram projetadas para o IDEB.

Os municípios de Itabuna, Firmino Alves, Gongogi, Itapitanga, Mascote, Nova Ibiá, Pau Brasil, São José da Vitória, Ubaitaba, Wenceslau Guimarães, foram os que alcançaram ou superaram a média projetada para o IDEB em quatro dos resultados divulgados.

Há de se mencionar que os municípios de Buerarema, Belmonte, Canavieiras e Floresta Azul, obtiveram médias abaixo do que foi projetado em cinco dos seis resultados divulgados, sendo assim, estes municípios alcançaram ou superaram apenas uma das médias nos anos em que foram divulgadas o IDEB. No quadro 3 encontram-se estas informações.

Quadro 3: IDEB observado e projetado de anos iniciais da Microrregião Ilhéus - Itabuna

IDEB - Microrregião Ilhéus Itabuna												
Municípios	IDEB Observado - Anos Iniciais						IDEB Projetado - Anos Iniciais					
	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Itabuna	3.9	4.0	4.3	4.2	4.4	4.0	3.2	3.5	3.9	4.2	4.5	4.8
Ilhéus	3.3	3.8	3.9	3.6	4.3	4.6	3.0	3.3	3.7	4.0	4.3	4.6
Almadina	3.0	2.9	3.3	3.2	4.1	3.4	2.7	3.1	3.6	3.9	4.2	4.5
Arataca	2.6	2.8	3.2	2.9	3.7	3.4	1.9	2.4	2.9	3.2	3.5	3.8
Aurelino Leal	2.4	2.9	2.9	3.3	3.8	3.8	2.1	2.5	3.0	3.2	3.5	3.8
Barra do Rocha	1.6	3.1	2.9	3.6	4.2	*	2.0	2.6	3.1	3.4	3.6	3.9
Barro Preto	2.8	3.3	3.8	4.1	4.9	5.2	2.7	3.0	3.4	3.7	4.0	4.3
Belmonte	2.5	3.0	3.2	3.1	3.6	4.0	2.7	3.0	3.4	3.7	4.0	4.3
Buerarema	2.7	2.7	4.3	2.8	3.8	3.9	2.8	3.1	3.5	3.8	4.1	4.4
Camacan	2.7	3.2	3.3	3.5	3.9	3.7	2.6	3.0	3.4	3.7	4.0	4.3
Canavieiras	2.7	3.5	3.6	3.9	4.0	4.0	3.0	3.3	3.7	4.0	4.3	4.6
Coaraci	2.2	3.2	3.4	4.1	4.1	4.2	2.4	3.1	3.6	3.9	4.2	4.5
Firmino Alves	2.9	4.3	3.4	3.5	4.6	4.5	2.4	2.9	3.5	3.7	4.0	4.3
Floresta Azul	2.1	3.0	3.3	3.3	3.4	4.2	2.3	3.0	3.7	3.9	4.2	4.5
Gandu	3.2	3.4	4.2	4.5	4.7	5.3	3.1	3.5	3.9	4.2	4.5	4.7
Gongogi	2.7	2.6	3.7	3.3	4.2	4.5	2.2	2.7	3.1	3.4	3.7	4.0
Ibicarai	3.0	3.2	3.7	3.9	4.0	4.7	2.0	2.6	3.1	3.4	3.7	4.0
Ibirapitanga	2.6	2.5	3.2	3.4	4.4	4.4	2.2	2.9	3.4	3.7	4.0	4.3
Ibirataia	2.3	3.2	3.2	3.5	3.9	4.2	2.2	2.9	3.6	3.9	4.2	4.5
Ipiaú	3.2	3.3	3.8	4.3	4.7	4.4	2.8	3.2	3.6	3.9	4.2	4.5
Itacaré	2.2	2.8	4.6	3.6	4.2	4.3	2.3	2.7	3.1	3.4	3.7	4.0
Itagibá	3.6	3.8	4.3	4.5	4.8	4.9	2.3	2.7	3.2	3.5	3.7	4.0
Itajú do Colônia	2.9	2.9	3.7	3.4	3.8	3.7	2.9	3.2	3.6	3.9	4.2	4.5
Itajuípe	3.3	3.3	3.5	3.6	3.8	4.1	2.5	2.9	3.4	3.7	3.7	4.3
Itamarí	2.7	2.3	3.1	3.5	4.8	4.4	1.8	2.1	2.5	2.7	3.0	3.3
Itapé	2.6	3.3	3.4	3.6	3.5	4.5	2.6	2.9	3.3	3.6	3.9	4.2
Itapebi	2.9	2.8	3.1	3.3	3.0	4.1	2.2	2.7	3.2	3.4	3.7	4.0
Itapitanga	2.5	3.0	4.2	4.7	3.5	4.3	2.1	2.8	3.4	3.7	4.0	4.3
Jussari	2.7	3.6	3.8	3.7	4.0	4.0	2.2	2.7	3.2	3.5	3.8	4.1

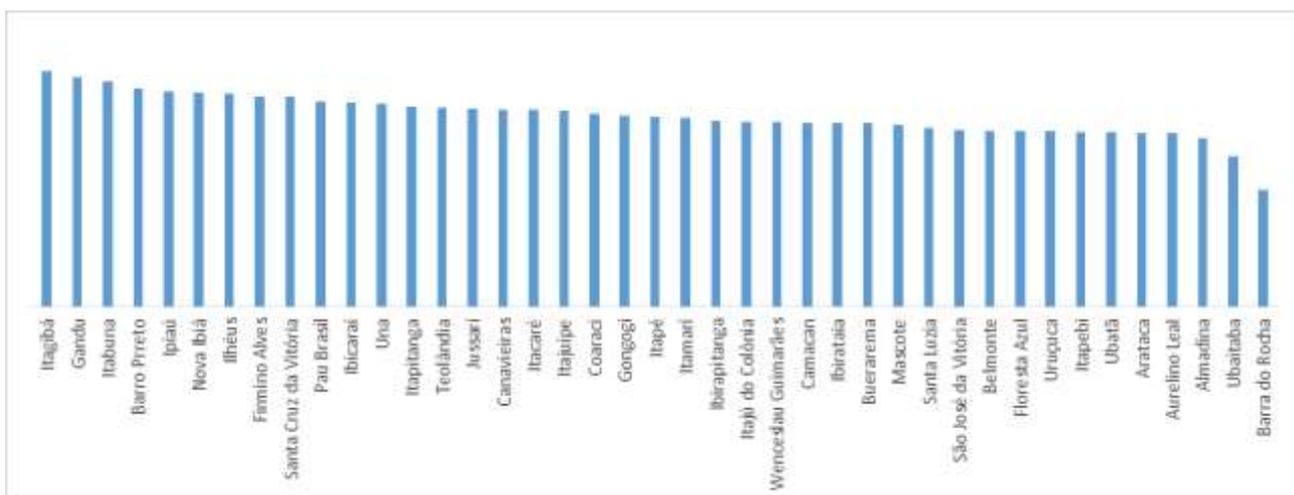
Mascote	2.5	3.2	3.5	3.2	3.6	4.0	2.3	2.7	3.1	3.4	3.7	4.0
Nova Ibiá	3.4	3.3	4.0	3.8	4.6	4.5	2.9	3.3	3.8	4.1	4.4	4.7
Pau Brasil	2.4	3.5	3.5	3.2	4.7	5.3	2.6	3.0	3.4	3.7	4.0	4.3
Santa Cruz da Vitória	3.3	3.4	4.2	3.7	4.3	4.3	3.1	3.4	3.8	4.1	4.4	4.7
Santa Luzia	2.4	3.2	3.3	3.2	3.9	3.7	*	2.6	2.9	3.1	3.4	3.7
São José da Vitória	2.1	3.2	3.5	3.2	3.8	3.7	2.2	2.5	2.9	3.2	3.5	3.8
Teolândia	2.9	3.3	4.0	3.7	3.9	4.1	2.3	2.8	3.3	3.6	3.9	4.2
Ubatuba	3.5	3.7	4.4	3.7	4.6	*	3.1	3.5	3.9	4.2	4.5	4.8
Ubatã	2.1	2.5	3.5	3.1	4.0	4.0	2.0	2.7	3.3	3.6	3.9	4.2
Una	2.7	3.3	3.8	3.9	4.4	4.3	2.6	3.1	3.6	3.9	4.2	4.5
Uruçuca	2.5	3.3	3.0	3.1	3.8	3.6	2.2	2.7	3.1	3.4	3.7	4.0
Wenceslau Guimarães	2.5	2.8	4.4	3.6	3.1	4.0	2.0	2.7	3.3	3.5	3.8	4.1

Fonte: Elaboração própria com dados do INEP (BRASIL, 2018a).

* Número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

Ao ser calculada uma média aritmética de todas as notas obtidas do IDEB por cada município desta microrregião nos anos de 2007, 2009, 2011, 2013, 2015 e 2017, obteve-se um ranking geral dos municípios com maiores médias (levando em consideração que estes dados foram agregados), como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2: Ranking da evolução dos municípios da microrregião Ilhéus/Itabuna em relação à média do IDEB entre os anos 2007 e 2017.



Fonte: Elaboração própria com dados do Inep. (BRASIL, 2018a)

Os municípios de Itagibá e Gandu são os que obtiveram ao longo do período as maiores médias aritméticas com 4.2 e 4.3 respectivamente, sendo então, o primeiro e o segundo colocado neste ranking, ficando à frente de Itabuna que ficou com uma média de 4.1, quando analisado sob esta ótica de agregação dos valores correspondentes a todo este período. Ainda é possível verificar

nestes dados que um total de 13 municípios tiveram 1médias menores no ano de 2017 quando comparado a 2015, ou seja, um percentual de aproximadamente 32%.

4.3 Remuneração dos professores da rede municipal de ensino em Itabuna – Bahia.

O Piso Salarial Nacional dos professores foi estabelecido pela Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, e estabeleceu que nenhum docente receba menos que o valor estabelecido anualmente e que deve ser atualizado anualmente tomando como base de cálculo a variação do valor anual mínimo nacional por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano (BRASIL, 2018d).

Quadro 4 – Piso Salarial dos professores municipais no Brasil.

Anos	Percentual de atualização (%)	Valor do piso (R\$1,00)
2009	-	950,00
2010	7,86	1.024,67
2011	15,85	1.187,08
2012	22,22	1.451,00
2013	7,97	1.567,00
2014	8,32	1.697,00
2015	13,00	1.917,78
2016	11,36	2.135,64
2017	7,64	2.298,80
2018	6,79	2.455,00

Fonte: Elaboração própria, 2018.

A partir desta lei, o município de Itabuna reajustou os salários dos professores para adequar-se ao piso salarial nacional e a remuneração destes profissionais associa-se à titulação e ao tempo de serviço, e a “implementação do piso salarial tem sido fundamental para a ampliação da renda real da classe docente, o que poderá repercutir positivamente na qualidade da educação pública municipal (LISBOA, 2015, p.21).

O município possui o Plano de Carreira do Magistério regulamentado pela Lei nº 1.913 de 2003, onde existe uma diferenciação de remuneração de acordo a atuação dos professores sendo composta por três níveis conforme a titulação subdividindo-se em classes: Nível I, que corresponde aos profissionais com nível médio; Nível II os profissionais com nível superior; e o Nível III os profissionais com especialização *lato* ou estrito *sensu*, as classes (de A a J) correspondem ao “argumento, em cada nível, de empregos públicos semelhantes, a qual se tem acesso por meio da promoção” (ITABUNA, 2003).

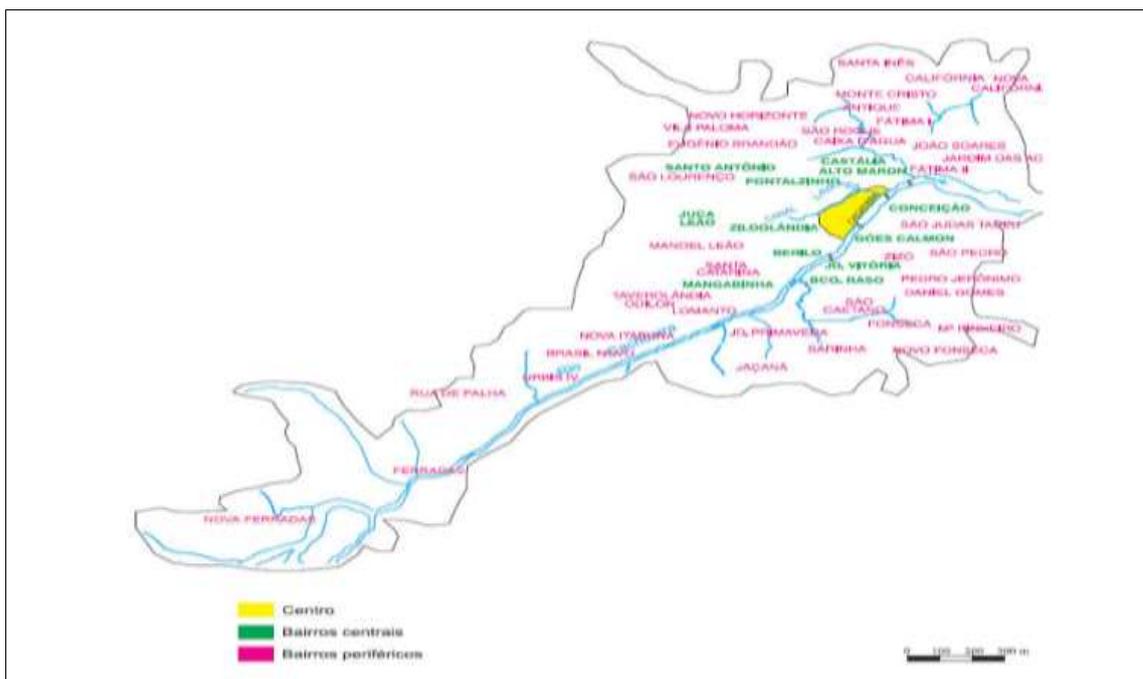
Como o piso salarial nacional toma por base a remuneração dos profissionais com formação do ensino médio (Nível I), os demais níveis normalmente são reajustados de acordo as variações do Nível I.

4.4 Resultados e metas projetadas do IDEB para o município de Itabuna-Bahia

5.3.1 Distribuição das escolas urbanas do Ensino Fundamental no território de Itabuna-Bahia.

De acordo aos dados da Portaria nº 015/2017 expedida pela Secretaria de Municipal de Educação, publicada no Diário Oficial do município nº 3250/2017, no ano de 2018 a oferta do ensino será realizada em 66 estabelecimentos de Ensino Fundamental –EF, na zona urbana, incluindo a educação Infantil (creches e pré-escola) que são de competência municipal (ITABUNA, 2018). Deste total, 35 estabelecimentos são exclusivos para a oferta do ensino fundamental que é a base para de avaliação da qualidade da educação por meio do IDEB, podendo ser visualizada no Apêndice 1 a lista como os nomes e respectivos endereços de acordo ao CEP. Na figura, visualiza-se no mapa a distribuição dos bairros no território do município.

Figura 1. Localização dos bairros no território de Itabuna, Bahia, 2005.



Fonte: Andrade e Rocha *apud* Martins 2018.

A partir do mapa é possível verificar as localizações mais próximas do centro da cidade que normalmente dispõe de infraestrutura e equipamentos públicos quando comparado aos bairros periféricos. E no Quadro 5 verificar o quantitativo de escolas por bairros, e ao estabelecer uma relação com a Figura 1, é possível perceber que a maior parte das escolas públicas municipais estão localizadas nos bairros periféricos.

Quadro 5 - Número de escolas municipais urbanas por bairro, de acordo ao CEP, Itabuna, 2018.

Bairro	Número de escolas	Bairro	Número de escolas
Alto Maron	1	Nova Califórnia	1
Alto da Conquista	1	Nova Ferradas	1
Antique	1	Nova Itabuna	1
Banco Raso	1	Novo Horizonte	1
Califórnia	3	Nossa Senhora da Conceição	1
Fátima	2	Pedro Jerônimo	1
Ferradas	1	Santa Clara	1
Fonseca	1	Santa Inês	1
Jardim Primavera	1	Santo Antônio	2
João Soares	1	São Caetano	1
Lomanto Júnior	1	São Pedro	1
Mangabinha	1	São Roque	1
Manoel Leão	1	Urbis IV	2
Maria Pinheiro	1	Vale do Sol	1
Monte Cristo	1	Zizo	1

Total 35 escolas

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de ITABUNA (2018).

Ao observar os resultados e as metas do IDEB para o Ensino Fundamental - anos iniciais para o município de Itabuna, percebe-se que em 2015 foi o único ano da série em que a média do IDEB observado foi menor que a do IDEB projetado, nos outros anos a média do IDEB observado foi superior ao projetado.

No entanto quando se analisa o histórico dos anos finais é perceptível que todas as notas do IDEB Observado são menores que o IDEB Projetado, ou seja, o município ficou abaixo da média projetada, e o ano com menor desempenho foi em 2017. O Quadro 6 mostra os as informações do comportamento do IDEB em Itabuna.

Quadro 6 – Resultados e metas do IDEB no município de Itabuna.

Anos	Itabuna			
	Anos iniciais		Anos finais	
	IDEB observado	IDEB projetado	IDEB observado	IDEB projetado
2007	3.9	3.2	2.9	3.3
2009	4.0	3.5	3.2	3.5
2011	4.3	3.9	3.2	3.8
2013	4.2	4.2	3.3	4.2
2015	4.4	4.5	3.4	4.5
2017	4.0	4.8	2.6	4.8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no Inep (Brasil, 2018a).

Quando analisado o resultado do IDEB por escolas, observa-se que existe um número expressivo de escolas que não possuem esse resultado de forma regular, e um dos possíveis motivos é o critério para que sejam aplicadas as provas do Saeb com um número mínimo de alunos. O Quadro 7 mostra o IDEB anos iniciais do Ensino Fundamental, por escolas urbanas em Itabuna-Bahia.

Quadro 7 - Resultados do IDEB por escola pública municipal urbana entre 2007 e 2017.

Escola	IDEB observado					
	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Grupo Escolar Ana Francisca Messias	3.8	3.7	4.0	3.6		*
Escola Municipal Lourival de Oliveira Soares	1.9	2.7	2.4	-	3.3	*
Grupo Escolar Leonor Santos Pacheco	4.1	4.1	4.0	3.3	-	**
Escola Iolanda Pires - Sítio V	2.9	2.4	3.0	3.0	3.1	-
Escola Municipal Plínio de Almeida	3.9	4.0	4.4	4.3	3.9	
Grupo Escolar Raimundo Jerônimo Machado	4.0	4.0	4.1	3.1	3.9	-
Grupo Escolar Frederico Smith Lima	4.3	4.3	4.4	4.4	3.6	-
Escola Comunitária Juca Leão	-	3.9	-	-	-	-
Escola Municipal Milton Rodolfo Souza Machado	-	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Integral à Criança Jorge Amado	3.6	3.7	4.1	3.0	-	*

Escola Municipal João Mangabeira Filho	4.2	3.5	4.2	5.0	4.7	4.0
Educandário Isa Brito	4.1	4.3	4.5	4.7	5.1	5.4
Grupo Escolar Margarida Pereira (anos iniciais)	3.5	3.5	4.3	3.6	-	2.6
Grupo Escolar José Nunes do Nascimento	-	-	-	-	-	-
Escola Municipal Eduardo Fonseca	3.5	3.2	4.2	4.2	3.6	3.2
Escola Municipal Pedro Jerônimo	4.2	3.8	4.7	-	-	**
Grupo Escolar Municipal Professor Everaldo Cardoso	4.3	4.5	4.5	4.4	-	*
Instituto Municipal Teosópolis	4.4	4.5	4.8	4.7	4.8	*
Escola Heribaldo Dantas - Sítio III	-	-	3.8	4.7	3.8	*
Grupo Escolar Ewerton Chaloup	3.9	3.1	4.7	3.7	4.2	3.5
Escola Municipal Lions Clube de Itabuna	4.1	4.9	4.6	4.3	4.2	4.3
Escola Municipal Luiz Viana Filho	4.1	4.1	4.9	4.4	-	*
Escola Só o Amor Constrói	4.0	4.1	4.2	4.4	4.6	4.4
Escola Novo Horizonte	-	-	3.7	3.7	4.0	3.7
Escola Municipal Betel	-	4.1	-	4.3	-	*
Escola Municipal Sementeira	-	-	-	-	-	-
Instituto Municipal de Educação Aziz Maron		2.7	3.2	3.5		*
Escola Municipal Genival Correia de Almeida	4.5	3.9	4.4	-	4.6	2.7
Escola Batista da Califórnia	-	-	-	-	-	-
Escola Municipal 28 de Julho	4.1	4.3	4.2	4.6	4.3	3.9
Escola Municipal Flávio José Simões Costa	2.3	2.2	2.4	2.7	-	*
Grupo Escolar João Alves de Araújo	3.7	3.5	4.2	3.5	4.7	*
Escola Municipal Maria Rosa	-	-	-	-	-	3.2
Escola Municipal Verde Campos	-	4.5	3.7	3.6	5.0	4.9
Grupo Escolar Municipal Amélio Cordier	4.1	4.1	4.0	3.3	-	**
Escola Municipal Brasília Baraúna de Almeida	3.3	3.3	3.5	4.2	4.3	**

Fonte: BRASIL, 2018.

* Número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

** Sem média no SAEB 2017: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

Nota-se que somente sete escolas da rede municipal urbana possui os resultados para todos os anos em que foram divulgadas as médias do IDEB. Deste grupo apenas duas não tiveram médias menores em 2017 quando comparado a média anterior no ano de 2015. Somente uma escola conseguiu alcançar as médias projetadas durante todos os resultados do IDEB, o Educandário Isa Brito localizada no bairro Banco Raso.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indicadores são ferramentas importantes para subsidiar os gestores públicos na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas, neste sentido, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB possibilita diagnosticar o cenário da política educacional do país.

A educação é um direito social garantido constitucionalmente que objetiva a formação do educando, proporcionando-lhe capacidade técnica e intelectual para o pleno exercício da cidadania e, para que seja isto possível é necessário a existência de um sistema de ensino eficiente. É sabido o desafio do Brasil no que diz respeito a qualidade da educação básica que mesmo obtendo melhoras nos resultados do IDEB, faz-se necessário desenvolver estratégias e ações do Estado para aprimorar o sistema de ensino.

Itabuna não se diferencia do contexto nacional sob o ponto de vista do IDEB já que vem melhorando gradualmente sua média neste indicador, no entanto, percebe-se que existem dificuldades de alcançar a média projetada, principalmente no ensino fundamental anos finais, o que é grave pelo fato destes estudantes migrarem para o ensino médio com deficiências que podem influenciar negativamente o desempenho deles nesta etapa do ensino e, posteriormente dificultar sua inserção no ensino superior, já que o ingresso nas universidades e/ou se dá mediante processos seletivos com avaliações.

Vale ressaltar que recentemente o município de Itabuna recebeu o título de polo regional de ensino (Cidade Universitária) por existir em seu território um número expressivo de Instituições de Ensino Superior que atrai estudantes das cidades circunvizinhas. Então percebe-se a necessidade melhorar a educação básica já que é o princípio da formação dos estudantes.

6- REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)**. 2017a. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/financiamento/FUNDEB/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-funde>>. Acesso em: 20 maio 2018.

_____. Ministério da Educação. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2018a. Disponível em < <http://inep.gov.br/IDEB>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

_____. Ministério da Educação. **PISA**. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/guest/pisa>>. 2018b. Acesso em: 27 out. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Sistema de Avaliação da Educação Básica**. 2017b. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb>>. Acesso em: 28 Out. 2018.

BRASIL. Tesouro Nacional. **Transferências Constitucionais**. 2018c. Disponível em: <<http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1>>. Acesso em: 29 Set. 2018. <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=34061>>. Acesso em: 31 Out. 2018.

CAMPOS, B. C.; CRUZ, B. P. A. **Impactos do FUNDEB sobre a qualidade do ensino básico público: uma análise para os municípios do estado do Rio de Janeiro**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 2009.

CASTRO, M. H. G. **Sistemas de avaliação da educação no Brasil: avanços e novos desafios**. Revista São Paulo em Perspectiva, v. 23. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2014/07/v23n1.pdf>>. Acesso em: set. 2018.

CONTE, N. C. **FUNDEF e FUNDEB: efeitos redistributivos e impacto nas finanças dos municípios do estado do Rio Grande do Sul**. Tese. Programa de pós-graduação em desenvolvimento regional. 243 p. Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul - Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: < <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/1493>> Acesso em: 14 jun. 2018.

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS (CORREIOS). **Busca de CEP ou endereço**. 2018. Disponível em: < <http://www.correios.com.br/>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

FERNANDES, A. A. T.; SILVA, M. L. M. **O impacto do FUNDEB na rede pública municipal de Pernambuco (2007-2013)**. Revista Cadernos e Estudos na Educação Básica. V.3 n1 p.159-176. Recife – Pernambuco, 2017.

FREIRE, P. **Educação como prática da Liberdade**. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1967. Disponível em:

<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/livro_freire_educacao_pratica_liberdade.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

HOFFMANN, R. **Estatística para economistas**. 4ª ed. Ed. Thomson. Rio de Janeiro – RJ, 2006

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/itabuna/panorama>>. Acesso em: Set. 2018.

_____. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/ilheus/panorama>>. 2017. Acesso em: Set. 2018.

ITABUNA, Prefeitura. **Anuário estatístico: base de dados 2013 – 2016**, 304 p. 2017. Disponível em: <<http://www.itabuna.ba.gov.br/>>. Acesso em: 20 maio 2018.

_____. Prefeitura. **Diário Oficial do Município**. Ano V, nº 3250, dezembro, 2018. Disponível em: <<http://www.itabuna.ba.io.org.br/diarioOficial/download/353/3250/0>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

_____. Prefeitura. 2017. **Diário Oficial**. Lei Nº 2.392, de 19 de maio de 2017. Disponível em: <<http://www.itabuna.ba.io.org.br/diarioOficial/download/353/2247/0>>/. Acesso em: 26 out. 2018.

_____. Prefeitura. **LEI nº 1.913, de 15 de Outubro de 2003**.

LISBOA, G. J. Federalismo educacional esfacelado? Um estudo de caso sobre o piso salarial. **Revista Ensaio: avaliação e política pública em Educação**, v.23, n. 89, p. 1040-1074, out./dez. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v23n89/1809-4465-ensaio-23-89-1040.pdf>>. Acesso em 31 Out. 2018.

MARTINS, M. H. O. Análise da espacialidade da pobreza multidimensional nos municípios de Itabuna e Ilhéus a partir dos setores censitários. (Dissertação). Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus-Bahia, 2018. Disponível em: <<http://www.biblioteca.uesc.br/biblioteca/bdtd/201610221D.pdf>>. Acesso em 24 out. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Educação de qualidade para todos: um assunto de direitos humanos**. 2ª edição, Brasília, 2008.

RAMOS, R.C.; GIORGI, C. A. **Do FUNDEF ao FUNDEB: avaliando o passado para pensar o futuro: um estudo de caso no município de Pirapozinho-SP**. Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais. v. 19, n. 72. Rio de Janeiro - 2011 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n72/a09v19n72.pdf>>. Acesso em 11 Set. 2018.

SANTOS, J. B. **O FUNDEB e a educação infantil no município de Itabuna**. Dissertação. 171f. Programa de pós-graduação em educação. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12356>>. Acesso em: 11 Ago. 2018.

SENA, P. O Financiamento da Educação de Qualidade. **Revista Educação e Políticas em Debate**. V3, n.2, 2014. Universidade Federal de Uberlândia. Minas Gerais. 2014. Disponível em:<<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas>>. Acesso em: 20 Ago. 2018.

APÊNDICE 1

Quadro 8 - Localização das escolas urbanas municipais de ensino por bairro, de acordo ao CEP, Itabuna 2018

(continua)

Escolas	Bairro	Segmento de Ensino
Grupo Escolar Ana Francisca Messias	Ferradas, Rua D. Pedro de Alcântara, s/n,	Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º)

	CEP 45613-216	
Escola Municipal Lourival Oliveira Soares	Ferradas, Rua dos Bandeirantes, s/n, CEP 45613-248	Ensino Fundamental anos finais (6º ao 9º)
Grupo Escolar Leonor Santos Pacheco	Ferradas, Rua de Palha, s/n, CEP 45609-000	Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º)
Escola Iolanda Pires – Sítio V	Nova Ferradas, Rua do Cajueiro, s/n CEP 45613-460	Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º)
Escola Municipal Plínio de Almeida	Lomanto Junior, Rua Neiva Oliveira, 132, CEP 45601-135	Ensino Fundamental – anos iniciais (4º e 5º)
Grupo Escolar Municipal Raimundo Jerônimo Machado	Nova Itabuna, Rua D, Quadra 2, nº 256, CEP 45611-118	Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º)
Grupo Escolar Maria Creuza Pereira da Silva	Urbis IV, Caminho 9, s/n, CEP 45611-720	Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º)
Grupo Escolar Frederico Smith Lima	Urbis IV, Rua B, 59, CEP 45611-730	Ensino Fundamental – anos finais (6º ao 9º)
Escola Comunitária Juca Leão	Manoel Leão, Rua 29, s/n, CEP 45601-438	Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º)
Escola Municipal Milton Rodolfo de Souza Machado	Santa Clara, Rua Linhares, s/n, CEP 45610-030	Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º)
Centro de Atenção Integral à Criança Jorge Amado (CAIC)	Jardim Primavera Caminho 06, s/n, CEP 45608-826	Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º) e anos finais (6º ao 9º)
Escola Municipal João Mangabinha Filho	Mangabinha Rua Nossa Srª das Graças, s/n, CEP 45600-390	Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º)
Educandário Isa Brito	Banco Raso Rua Francisco Brígida, nº 26, CEP 45605-608	Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º)
Grupo Escolar Maria Pinheiro	Alto da Conquista Rua São Jorge, nº 58, CEP 45606-780	Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º)
Escola Municipal José Nunes do Nascimento	Vale do Sol Rua A, 200, CEP 45606-710	Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º)
Escola Municipal Eduardo Fonseca	Fonseca Praça da Alegria, s/n, CEP 45600-602	Ensino Fundamental – anos finais (6º ao 9º)
Escola Municipal Margarida Pereira	Maria Pinheiro, Rua Santa Maria, s/n, CEP 45606-755	Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º) e anos finais (6º ao 9º)
Grupo Escolar Municipal Pedro Jerônimo	Pedro Gerônimo. Rua Vila Nova, s/n, CEP 45606-490	Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º)
Grupo Escolar Municipal Profº Everaldo Cardoso	São Caetano Rua Floresta, s/n, CEP 45607-090	Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º)
Instituto Municipal Teosópolis	Nossa Senhora da Conceição, Rua Duque de Caxias, 44, CEP 45605-225	Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º)
Escola Heribaldo Dantas - Sítio III	São Pedro Rua Rui Barbosa CEP 45606-185	Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º)
Grupo Escolar Ewerton Chaloup	Zizo Av. Roberto Santos, s/n,	Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º)

	CEP 45606-000	
Escola Municipal Lions Clube de Itabuna	Santo Antônio R Macário dos Reis, 150, CEP 45602-000	Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º)
Escola Municipal Luiz Viana Filho	Santo Antônio Av. José Monstans, 200, CEP 45602-170	Ensino Fundamental – anos finais (6º ao 9º)
Escola Só o Amor Constrói	Santo Antônio Rua D, QI, LT5, Jardim Alamar, CEP 45602-098	Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º)
Escola Novo Horizonte	Novo Horizonte Rua Bela Vista, 27, CEP 45602-520	Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º)
Escola Municipal Betel	Fátima Rua do Ribeirão, 68 CEP 45604-109	Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º)
Escola Municipal Sementeira	Fátima Rua Felícia de Novaes, s/n CEP 45604-086	Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º)
Instituto Municipal De Educação Aziz Maron (Imeam)	Alto Maron Rua Adelino Kifroury Silveira s/n, CEP 45603345	Ensino Fundamental – anos finais (6º ao 9º)
Escola Municipal Genival Correia De Almeida	João Soares, Loteamento Paraíso Lote 10, CEP 45604665	Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º)
Escola Batista Da Califórnia	Califórnia Rua Castro Alves, 106 CEP 45604-182	Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º)
Escola Municipal 28 De Julho	Califórnia Rua Nova, 95 CEP 45604-380	Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 4º)
Escola Municipal Flávio José Simões Costa	Califórnia Rua Nova, s/n CEP 45604-380	Ensino Fundamental – anos iniciais (6º ao 9º)
Grupo Escolar João Alves De Araújo	Nova Califórnia Rua A s/n CEP 45604-385	Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º)
Escola Municipal Maria Rosa – Sítio I	Antique Rua Água Branca, s/n CEP 45603-625	Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º)
Escola Municipal Verdes Campos	Monte Cristo Rua C - Quadra B, 115, CEP 45604-494	Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º)
Grupo Escolar Municipal Amélio Cordier	Santa Inês Travessa Getúlio Vargas, s/n, CEP 45603-708	Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º)
Escola Municipal Brasília Baraúna De Almeida	São Roque Rua dos Ferroviários, s/n, CEP 45600-002	Ensino Fundamental – anos finais (6º ao 9º)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de ITABUNA, 2017; e CORREIOS, 2018.